

**CIEG | 1 CONGRESSO INTERNACIONAL
INTERNATIONAL CONGRESS**

Estudos de género em debate:
percursos, desafios e olhares interdisciplinares

Gender studies in debate:
pathways, challenges and interdisciplinary perspectives

25-27 MAIO | MAY 2016

Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), ISCSP-ULisboa | Lisboa, Portugal
Interdisciplinary Centre for Gender Studies (CIEG), ISCSP-ULisboa | Lisbon, Portugal



**CIGEF
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO EM GÉNERO E
FAMÍLIA — Uni-CV**

**Igualdade de género em Cabo Verde
Clementina Furtado**

Objectivos

1. Fazer um breve enquadramento do quadro jurídico nacional a nível da igualdade de género;
2. Reflectir sobre a igualdade de género no país através de:
 1. Acesso à educação e nível de escolaridade por sexo;
 2. A participação das mulheres na política;
 3. A participação das mulheres na economia nacional;
3. Analisar os problemas enfrentados pelas mulheres em Cabo Verde: destaque para as mulheres chefes de família;
4. Fazer uma breve reflexão sobre a situação da VBG no país e da Lei Especial contra a VBG.

Cabo Verde em Números

3

- ▶ População Total de Cabo Verde: 491.575 (INE, 2010).
- ▶ 50,5 % mulheres (248.260) e 49,5% homens (243.315).
- ▶ Taxa de crescimento anual da população
 - ▶ 2,4 em 2000
 - ▶ 1,2 em 2010.
- ▶ Chefes dos agregados familiares:
 - ▶ Homens : 55%
 - ▶ Mulheres: 45%
- ▶ Chefia de agregados familiares pobres:
 - ▶ Homens : 26%
 - ▶ Mulheres: 31 %

Igualdade de género: quadro jurídico nacional

4

Quadro legal e marco institucional favorável à igualdade de género

- ▶ Constituição da República (artigo 7º, c): (...) remover progressivamente os obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impedem a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos, especialmente os factores de discriminação da mulher na família e na sociedade;
- ▶ Código da Família (1997): igualdade de direitos e de deveres aos dois cônjuges e a separação de pessoas e bens, união de facto, a igualdade das crianças nascidas dentro e fora do casamento, e o exercício conjunto do poder paternal;
- ▶ Código do Trabalho (2007) reconhece o emprego doméstico, a licença de maternidade de 60 dias, os direitos de dispensa para amamentação, a presunção do despedimento sem justa causa da grávida, puérpera ou lactante;
- ▶ Desde 2008 foram produzidos vários diplomas que promovem a igualdade entre homens e mulheres

Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade de Equidade de Género (ICIEG): entidade pública responsável pela coordenação das políticas do Governo nessa matéria. (2006)

Igualdade de género: quadro jurídico nacional

5

Instrumentos de planificação e avaliação

- PNIEG I e II (Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género); Plano de combate à Violência Baseada no Género I e II (PNCVVG 2008-2011, 2014-2016); Plano Nacional para a Igualdade de Género (PNIG, 2014-2016);
- Manual de procedimentos para as técnicas de Apoio às Vítimas de Violência Baseada no Género .

Produção e divulgação de informações

- Parceria entre o ICIEG e o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e criação do Observatório da Igualdade de Género.
 - Resultados: adopção de 12 indicadores que espelham 3 esferas fundamentais da autonomia das mulheres: a autonomia na tomada de decisões, a autonomia física e a económica.
- 2008 – criação do CIGEF – 2012 – Núcleos de Pesquisa no âmbito do LIG de (Laboratório de Investigação em Género).
 - Resultados: visibilidade às desigualdades de género – transversalização das questões de género

Igualdade de género: quadro jurídico nacional

6

- ▶ Lei Especial sobre Violência Baseada no Género (VBG) (Lei 84/VII/11, de 10 de Janeiro) – entrou em vigor em Março de 2011
 - ▶ Regula as medidas necessárias para alcançar o efectivo princípio de igualdade de género e define a VBG como crime público (ex-officio).
 - ▶ Atribui responsabilidades específicas a diferentes sectores na promoção da igualdade de género e eliminação da VBG (integração progressiva da VBG nas suas políticas e programas);
 - ▶ Artigos 18º e 19º: devem ser criados em favor das vítimas de VBG, Centros de Apoio, em articulação com as Câmaras Municipais e outras entidades vocacionadas para o efeito, para prestação de informação, atendimento psicológico e jurídico, apoio social, apoio educativo à unidade familiar, orientação e inserção laboral.
- ▶ Elaboração de Agendas de Género, enquanto instrumento de influência nos partidos políticos e nas instituições, quanto ao seu desempenho sobre as questões de género pela coligação de mulheres locais (Praia e São Miguel).

Igualdade de género: Activismos

Desde a Independência nacional

- O Programa de Acção de Beijing e Beijing +5;
- A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
- A Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres;

Décadas de 70 e 80

- 1974 –grupo de mulheres em Mindelo visando participar activamente nas actividades preparatórias da independência, e em 1975 – transforma-se em núcleo;
 - **Resultados:** criação, em 1978, da CNOMCV (Comissão Nacional Organizadora das Mulheres de Cabo Verde), e a OMCV 1981: organização de massas de cariz partidário (criada a 27/03/81);1991: OMCV transforma-se numa ONG
- 28 de Março de 1992: Criação da MORABI

Igualdade de género: Activismos

8

Desde a Independência nacional

- 10 de Janeiro de 1994: criação do ICF (Instituto de Condição Feminina)
- 25 de Março de 1995 – Criação da VERDEFAM
- 10 de Julho de 2006 o ICF transforma-se no ICIEG
- 2004: Criação da Rede Sol (ICIEG)
- 10 Julho de 2009: Criação da Rede Laço Branco
- Julho de 2010 Criação da AMJ – Associação das Mulheres Juristas
- 2013 – Criação da REDEMEC: Rede de Mulheres Economistas Cabo-verdianas

(DES) Igualdade de género em Cabo Verde

Acesso à educação

	Total	M	H	Observação
Taxa de Alfabetização 2000	74,8%	67,2%	83,5%	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de escolarização sempre superior nos homens mas melhoras significativas nas mulheres
Taxa de Alfabetização 2007 (15+)	79,8	73,4	87,0	
Taxa de Alfabetização 2010	82,8%	77,3	88,5%	
Áreas Urbanas (2010)		83,0%	91,7%	<ul style="list-style-type: none"> Áreas urbanas em melhor posição
Áreas Rurais (2010)		67,6%	82,9%	
Taxa Líquida de Escolarização 2005- EBI	96,5%			<ul style="list-style-type: none"> População em idade escolar no EBI diminuiu cerca de 13,8% (diminuição maior entre meninas)
Taxa Líquida de Escolarização 2010- EBI	82,7%			

Acesso à educação

	Total	M	H	Observação
Taxa de aprovação no EBI	80-90%			2005 e 2010: maior reprovação nos rapazes
Taxa de Aprovação Ensino Secundário (ES)	60-70%	Aumentou 1,4%	Diminuiu 2%	
Taxa de Abandono Escolar EBI		1,5%	1,9%	
Taxa de Abandono Escolar ES		6,8%	9%	
Docentes EBI 2005 e 2010		Maioria		
Docentes ES 2005 e 2010			Maioria	
Docentes Ensino Superior 2005			58,6%	
Docentes Ensino Superior 2010		55,2%		
Uni-CV - Estudantes	4167	2316 (55,58%)	1851	Mesmo nos cursos onde há mais pessoas do sexo masculino a entrar, a taxa de aprovação é maior no seio das pessoas do sexo feminino.
FCT		735	810	
FCSH		772	428	
ENG		608	231	
ECAA		48	48	
EM		153	334	

A participação das Mulheres na Política

	Total	M	H	Observação
Câmaras Municipais 2004 - Presidentes	17	1	16	<ul style="list-style-type: none"> Além do reduzido número de mulheres candidatas e eleitas, houve um retrocesso nas eleições de 2012, com apenas uma única mulher eleita. Continua ainda a haver poucas candidatas Objectivos do Milénio não atingidos neste sector
Câmaras Municipais 2008 - Presidentes	22	2	20	
Câmaras Municipais 2012 - Presidentes	22	1	21	
Assembleias Municipais 2012			22%	<ul style="list-style-type: none"> Dos/as Deputados/as Eleitos/as
Eleitos Autárquicos 2004		14,9%	85,1%	
Eleitos Autárquicos 2008		23,7%	76,3%	
Vereação 2004		24%	76%	<ul style="list-style-type: none"> Aumento dos eleitos municipais e do número de autarquias no país
Vereação 2008		23,7%	76,3%	
Legislativas 2006		15,3%	84,7%	<ul style="list-style-type: none"> Mulheres representam menos de ¼ de eleitos Se o ritmo de crescimento se mantiver, só em 2040 atingiremos paridade no parlamento
Legislativas 2011		20,8% (16)	79,2% (72)	

A participação das Mulheres na Política

	Total	M	H	Observação
Participação das Mulheres nas autárquicas				
1995		8%		<ul style="list-style-type: none"> • 2008: 20,7% das Mulheres nas Câmaras Municipais e 22,8% nas Assembleias Municipais • Maior engajamento dos Partidos Políticos • 2012: Tendências para a estagnação • Homens maioria nos lugares efectivos e mulheres maioria nos lugares suplentes ou não elegíveis
2000		16%		
2008		22,2%		
2012		22% <ul style="list-style-type: none"> • CM: 21,2% • AM: 23,5% 		

	Total	M	H	Observação
Legislativas 2016				
Eleitos/as				Da paridade no seio do Governo na última Legislatura passou-se a uma representação de 25%, com apenas 3 mulheres a representar o total das 12 Ministérios do país; No Parlamento Nacional ainda não a percentagem das mulheres está abaixo dos 30%
Ministros/as	12	9	3	

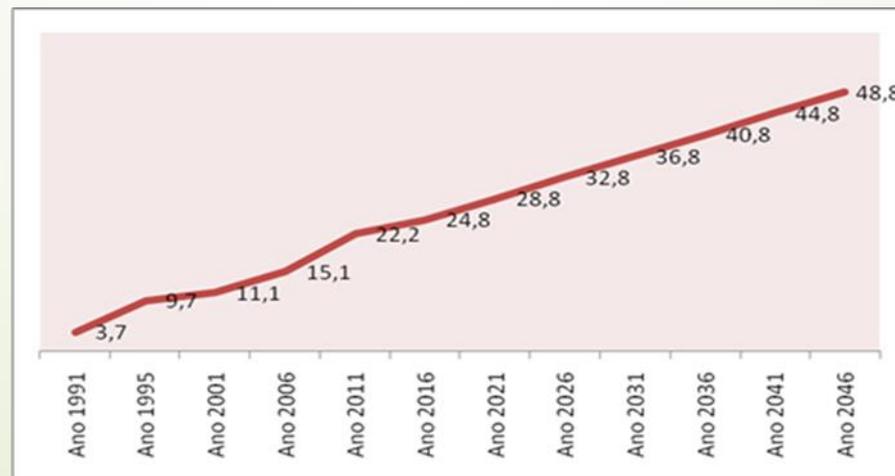
A participação das mulheres na política

14

► Representação das mulheres no poder local

1991	1996	2000	2004	2008
26	42	58	68	108
	3,2%	3,4%	2,11%	5,31%

► Representação da evolução da proporção de mulheres no Parlamento Nacional mantendo o ritmo médio de crescimento



A participação das mulheres na política

15

ANO ELEITORAL	Nº DE MULHERES PARLAMENTARES	% DE MULHERES NO PARLAMENTO
1991	3	3,7
1995	7	9,7
2001	8	11,1
2006	11	15,1
2011	16	21,6%
2016	17	23,6%

A participação das mulheres na política

	Total	M	H	Observação
Legislativas 2001	504	184 (36,6%)	320	<ul style="list-style-type: none"> • Avanços significativos na participação das mulheres mas não é suficiente • Menos mulheres nos órgãos de Decisão, à excepção do Governo
Efectivos	289	100 (34,6%)	189	
Suplentes		84	131	
Eleições de 2008				
Membros do Governo		7	8	
Parlamento		20%	80%	
Câmaras Municipais(CM)		29	111	
Deputadas no Parlamento				
2006		15,3%	84,7	
2011		21%	79%	
Cargos de Ministros/as		8	7	

A participação das mulheres na economia

	Total	M	H	Observação
População Economicamente Activa (QUIBB 2007)		55%	67%	
Taxa de Desemprego 2007	21,6%	25,8	17,8	
Rendimento anual estimado (USD)		3.082	8.756	
População Economicamente Activa (2010)		45%	60,9%	
Taxa de Desemprego 2010	10,7%	12,1%	9,6%	
Meio Urbano		13,1%	10,7%	
Meio Rural		9,7%	7,3%	
Taxa de Pobreza		51,9%	48,1%	Dados do QUIBB 2007
Meio Urbano	50,6%			Homens apresentam sempre melhores indicadores
Meio Rural	52,8%			

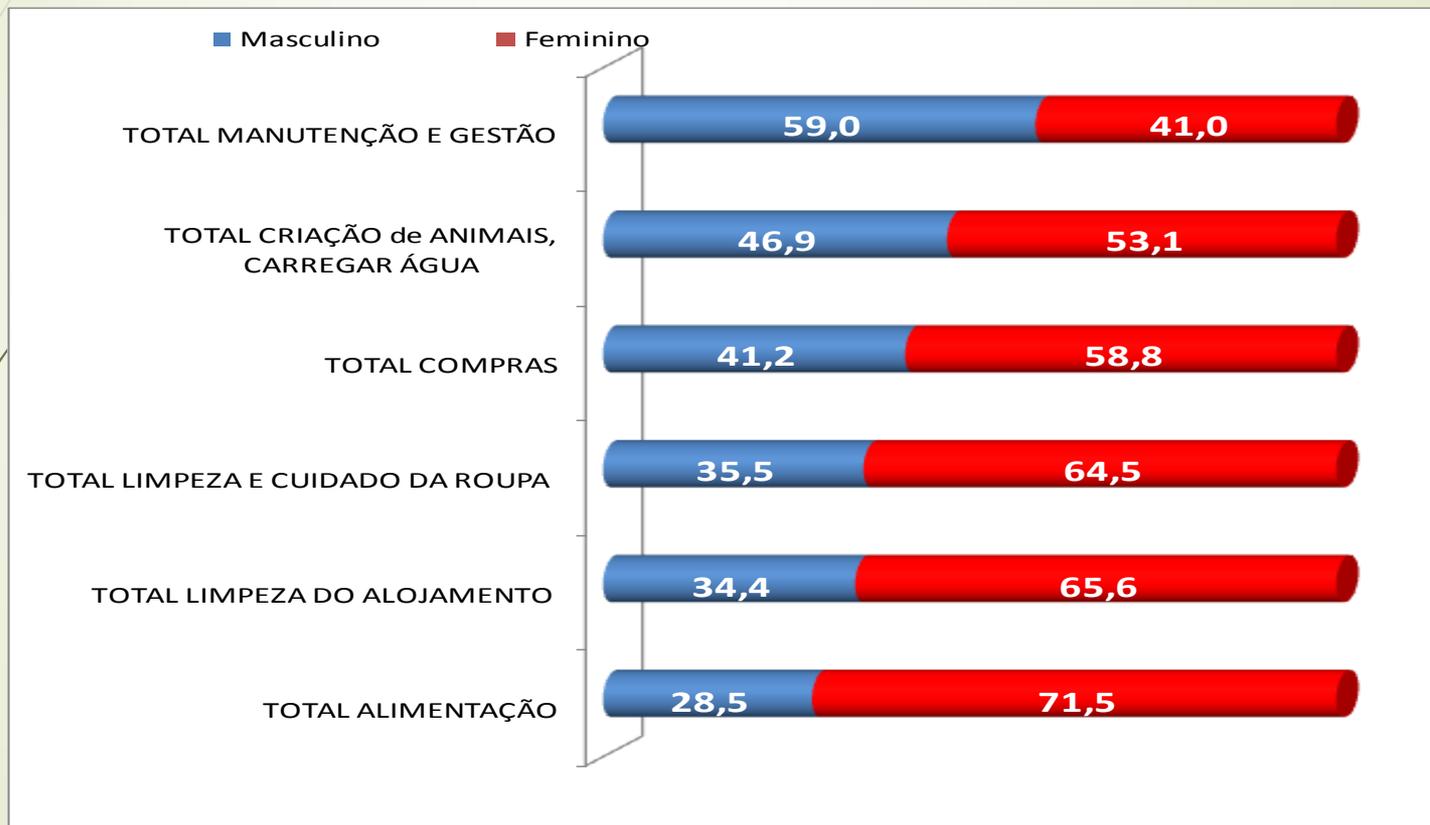
A participação das mulheres na economia

		Total	M	H	Observação
Sector Informal (INE, 2010)			± 60,6%		<ul style="list-style-type: none"> • Emprego informal mais significativo nas mulheres, sobretudo nas áreas urbanas • Maioria não qualificada ou com pouca instrução
Inquérito Sobre Uso do Tempo e Trabalho Não Remunerado (INE, 2012)					<ul style="list-style-type: none"> • Homens e Mulheres não realizam as mesmas tarefas; • Homens e Mulheres não dedicam a mesma quantidade de tempo às mesmas tarefas; • A maior parte do trabalho que garante o bem-estar social é invisível (74%); • A sua contribuição para a economia não é contabilizada e é feita pelas mulheres;
Trabalho realizado remunerado	23%				
Trabalho realizado não remunerado	77%	90%	74,1 %		
Cuidados com as Crianças (0-3 anos)		73,8%	26,2 %		
Reparação e Gestão		41,9%	59,1 %		

A participação das mulheres na economia

19

Distribuição percentual da participação nas actividades do trabalho doméstico, por sexo. IUT, Cabo Verde, 2012



Fonte: INE, 2012

A participação das mulheres na economia

20

TNR POR COMPONENTES	MASCULINO		FEMININO		DIFERENÇA ENTRE O SEXO FEMININO E MASCULINO	
	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:min)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:min)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:min)
Trabalho Doméstico	66,0	38:16	87,1	62:39	+21,1	+24:23
Cuidados de dependentes	21,1	25:12	44,5	28:28	+23,4	+03:16
Apoio a outros agregados	8,3	18:19	11,1	19:36	+2,8	+01:17
Trabalho voluntário	4,2	17:44	3,2	20:11	-1,0	+02:27

Fonte: Desdobrável do INE, 2012 elaborado a partir de micro-dados, IUT-IMC, INE-2012

Fonte: INE, 2012

Violência Baseada no Género

INE – IDSR (Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva) II (2005)

Mulheres vítimas de VBG		22%
Tipos de Violência	Violência Psicológica	14%
	Violência física	16%
	Violência sexual	4%
	Violência emocional/física e sexual	20%
Mulheres vítimas de violência Física durante a Gravidez		4,6%
Mulheres vítimas-agressoras		4%
Mulheres exclusivamente agressoras		2%
Agressores maridos/companheiros		22,1%
Agressores ex-maridos/ex-companheiros		18,8%
Mulheres vítimas de ciúmes		44,1%
Mulheres vítimas de controlo por onde andam		42,7%
Mulheres vítimas de desconfiança		39,1%
Mulheres vítimas de acusação de infidelidade		17,2%

Maus-tratos contra a Mulher	2010	2011	2012	2013
	2138	2430	2415	2072

Comentários finais

Mulheres

22

- Trabalham maioritariamente em tempo parcial
- Dupla ou tripla jornada de trabalho;
- Mais vulneráveis (necessidade de cuidar de filhos/as, falta de protecção social , não acesso a um trabalho e salário dignos); vulnerabilidade à pobreza, à exclusão social;
- A nível político, ritmo de representatividade muito lento. Estima-se que a este ritmo só em 2048 tenhamos paridade;
- No sector encómio, ocupação de posições hierárquicas inferiores no mercado de trabalho mesmo que escolarizadas;
- Mulheres rurais, com deficiência e chefes de famílias (47,6%) mais vulneráveis;

Comentários finais

Mulheres

23

- Dificuldades de acesso ao crédito;
- Barreiras de emancipação;
- São as principais vítimas de Violência Baseada no Género;
 - Maioria pobres, das áreas urbanas, pouco escolarizadas e dependentes
- Atendimento de VBG de 2011 a 2016 nas Casas do Direito:
 - Diminuição de cerca de 1/3 em 2012 (157 para 104)
 - Volta a aumentar para dobro ou mais em 2013 (213) e 2014 (253)
 - Pequena diminuição em 2015
 - Até Maio de 2016: 17 registos
- No entanto, melhorias significativas se verificam a nível da educação, político, igualdade de género e participação económica.

Referências

24

FURTADO CLEMENTINA E SILVA, CARMELITA (2015). Revisão a meio percurso do projecto de implementação da lei VBG. Praia.

- ▶ INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA A IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO(2006). Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género 2005-2009. Gráfica da Praia. Praia.
- ▶ ICIEG(2006). Plano Nacional para a Violência baseada no Género. Imprensa Nacional. Praia.
- ▶ _____(2011). Lei Especial Contra a Violência Baseada no Género (VBG). Lei 84/7/2011 de 10 de Janeiro. Praia.
- ▶ _____(2014). Relatório Cabo Verde BEIJING+20: Sobre a Implementação da Declaração e Plataforma de Ação de BEIJING. Praia, Julho de 2014
- ▶ _____(s.d.). A PRESENÇA DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS . Praia, cabo Verde
- ▶ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007). QUESTIONÁRIO UNIFICADO DE INDICADORES BÁSICOS DE BEM-ESTAR. QUIBB – CV, 2007. Praia, Cabo Verde
- ▶ _____(2008). Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDRS II 2005). Cabo Verde. 2008. Praia, Cabo Verde
- ▶ _____(2012). O Inquérito sobre o Trabalho não Remunerado e o Uso do Tempo. Praia
- ▶ INE; ICIEG (2008). Mulheres e Homens em Cabo Verde: Factos e Números 2008
- ▶ _____(2012). Mulheres e Homens em Cabo Verde, factos e números. Praia, Cabo Verde.
- ▶ SILVA, CARMELITA (2009). Trajetórias de mulheres vítimas de violência em Cabo Verde: Uma análise da percepção das mulheres que vivenciam o drama. Praia.



www.precisodizer.com.br



www.precisodizer.com.br



Muito Obrigada!

www.precisodizer.com.br



www.precisodizer.com.br



www.precisodizer.com.br